

## Humanização dos juízes\*

*Des. Mauro Soares de Freitas\*\**

*“Se há alguma coisa que dá sabedoria à alma, é a paciência. Qual era o segredo dos mestres que realizaram grandes coisas, inspiraram muitas pessoas e ajudaram muitas almas? O segredo deles era a paciência”. (Inayat Khan)*

Antes de começar a aprender qualquer coisa, sempre queremos saber a razão de fazê-lo. Como o aprendizado requer esforço, precisamos saber se valerá a pena despendendo a energia necessária. É o caso do tema em desenvolvimento, quando cada um deve procurar onde e quando não foi humano.

Para isso, teremos que buscar algumas situações corriqueiras do nosso dia-a-dia, algumas delas curiosas.

Vejamos isso:

- Alguns McDonald's prometem entregar o pedido em até noventa segundos, ou dá-lo de graça.
- Agora a duração média da visita de um médico é de oito minutos.
- Um remédio vendido sem receita médica é anunciado para mulheres que “não têm tempo para uma infecção vaginal”
- Apesar da complexidade do assunto, atualmente os políticos levam apenas 8,2 segundos para responder a uma pergunta.
- Um popular bufê em Tóquio cobra por minuto - quanto mais rápido você comer, menos pagará.
- Um restaurante do outro lado da Rua Goiás contratou um leão-de-chácara a fim de olhar feio para os clientes quando estão demorando à mesa.
- O nosso Tribunal de Justiça priorizou a rapidez nos julgamentos, criando metas a serem alcançadas, principalmente a de ser o Tribunal mais ágil do País, muito se aproximando do lema do Presidente da Divisão de Computadores Portáteis da Hitachi,

---

\* Palestra proferida no dia 03.10.2007, na Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, do TJMG.

\*\* Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

que motiva seus trabalhadores com a seguinte afirmação: “*A velocidade é Deus, o tempo é o diabo*”.

- Os construtores de prédios altos descobriram um limite para o número de andares - o tempo que as pessoas estão dispostas a esperar pelos elevadores. Quinze segundos é o tempo de espera ideal; se ele se prolonga para quarenta, ficam impacientes.

A grande maioria das pessoas passa hoje a vida correndo de um lado para o outro. Estamos em constante movimento e esperamos que tudo e todos que nos cercam também andem mais depressa. Qualquer ritmo mais lento nos deixa exasperados.

Sofremos da “doença da pressa”.

E, sem perceber, quanto mais depressa tudo anda, mais impacientes ficamos. Isso se torna um problema, porque a vida, inevitavelmente, nos impõe certo grau de atraso sob a forma de filas, engarrafamentos e sistemas de mensagens automatizados. O problema fica mais grave se pensarmos que os desafios mais complexos - doenças, incapacitação, conflitos de relacionamento, crise no trabalho, assuntos ligados às funções paternas e maternas, construção da convivência no casamento, para citar apenas alguns - exigem que pratiquemos a paciência, não apenas para enfrentá-los, mas para adquirirmos mais amor e sabedoria.

O juiz apressado e que convive com a morosidade da Justiça deve exercitar a paciência em doses muito maiores porque, sem paciência, não podemos aprender as lições que a vida nos ensina e não conseguimos amadurecer - permanecendo naquele estágio de bebês irritadiços, incapazes de adiar a obtenção do prazer - e nos dedicar à busca do que verdadeiramente desejamos.

Todos podemos fazer isso.

O importante é saber que a paciência é uma característica humana capaz de ser fortalecida. É algo que se cria. É como um músculo. Todos nós temos músculos, mas algumas pessoas são mais fortes do que as outras porque se exercitam mais. O mesmo acontece com a paciência.

Sem ela, não há juiz que desempenhe bem a sua função, não há juiz que perceba as carências humanas e compreenda que pode aliar à função de julgar a de dar assistência moral àqueles que bradam por justiça.

Mas para isso é necessário muito refletir, muito pensar e adotar uma postura que, na maioria das vezes, ainda não se adotou.

É preciso nascer de novo como julgador. É preciso trazer para dentro de si o ensinamento de Jesus, que encontramos em João 3 - versículo 3, quando chamado por Nicodemos de “Mestre vindo de Deus” e questionado acerca do que fazia, respondeu: “Na verdade, na verdade te digo que aquele que não nascer de novo não pode ver o Reino de Deus”.

O juiz humanizado terá de nascer de novo.

Nicodemos, diante da afirmação de Jesus, retrucou: “Como pode um homem nascer sendo velho? Pode porventura entrar pela segunda vez no ventre de sua mãe e nascer?”.

E Jesus respondeu: “Em verdade, em verdade te digo que, se alguém não nascer da água e do Espírito, não pode *entrar* no Reino de Deus; o que nasceu da carne é carne; o que nasceu do espírito é espírito. Não te maravilhes de eu te dizer: é-vos necessário nascer de novo”.

Vocês nos perguntarão: “Como voltar a prestar concurso se já estamos em plena atividade, já aprovados em certame rigoroso?”.

Responderemos: “É preciso que o juiz doravante renasça através de um novo comportamento, advindo de nova postura, fruto de um novo nascimento, que é a reforma íntima”.

É preciso deixar de lado a pressa e a velocidade, preconizadas como sendo Deus, quando os processos são julgados em série, sem a mínima preocupação com as partes, buscando sempre as estatísticas e o reconhecimento de “mais veloz”.

“Prolatei 200 sentenças no mês”, dizem muitos juízes. Em quantas eles se preocuparam com os litigantes?

Muitos juízes decidem rapidamente para que lhes sobre mais tempo para outra atividade, como a cátedra ou a defesa de alguma tese.

Muitos buscam, ávidos, uma promoção, como podemos testemunhar nos corredores do Tribunal, e quase nunca se preocupam com os jurisdicionados. Outros muitos escolhem as comarcas, com base em critérios como: só se for interessante, se for próxima à Capital, de onde nem precisam tirar suas famílias. Ora, como pode um juiz prestar serviço a uma sociedade que não conhece e com a qual não convive?

O Tribunal tem tido muita dificuldade em preencher as vagas de certas comarcas do Estado, porque os juízes se recusam a exercer suas atividades nelas, esquecendo-se de que são servidores e sacerdotes da justiça. Gostaríamos de chamar os juízes de “sacerdotes da justiça”, mas não estamos podendo fazê-lo.

Usando as mesmas palavras do juiz paulista Durval Rezende Filho em um congresso de magistrados espíritas, sugerimos aos colegas de primeiro grau: “Vamos escolher as varas e as comarcas de acordo com a nossa vocação, e não para ter mais tempo para o magistério ou outra atividade”.

E lembra ainda o mesmo magistrado paulista que três áreas de atuação exigem muito cuidado da parte do julgador: a Criminal, a de Família e a da Infância e Juventude.

Todas requerem muita atenção da parte do magistrado. A nosso ver, essas modalidades de jurisdição são muito delicadas, talvez as mais sensíveis para a magistratura, dentre outras razões porque produzem efeitos imediatos, dolorosos, traumáticos, que podem trazer ao próprio juiz conseqüências extremamente sérias, por força das leis naturais de “causa e efeito” e de “ação e reação”.

Para judicar em alguma dessas três modalidades, o juiz deve se sentir vocacionado ou ao menos disposto ao devotamento e à abnegação. Precisa ter sensibilidade para compreender que os problemas atuais das partes podem ter várias causas, muitas delas com origem inclusive em encarnações passadas, de modo que seu decidir não pode jamais ser meramente formal e fruto de automatismo burocrático.

Na área de família, cada parte que busca um juiz está à procura de alguém que traga um pouco de luz e paz aos conflitos íntimos e domésticos que ela enfrenta. A parte espera do juiz da Vara de Família uma postura serena e equilibrada; ela anseia por um juiz paciente, que possa ouvi-la e melhor orientá-la.

Ouvir pacientemente cada cônjuge, em separado e, depois, em conjunto, tentando a reconciliação em primeiro lugar e, em seguida, a conciliação, permite ao juiz orientar seguramente os litigantes. Muitas vezes, o magistrado é a única pessoa que pode orientar as partes, com base no exercício de sua autoridade, quer como magistrado (autoridade externa), quer como pessoa idônea, sacerdote da justiça (autoridade interna). Quando o juiz age como autoridade interna, busca aconselhar e sugerir normas de conduta que a sua experiência profissional lhe acrescentou.

No caso da guarda de filhos, é importante olhar atentamente o interesse dos menores, sem esquecer o direito dos pais. *Não torcer* para nenhum dos litigantes e ater-se, exclusivamente, à situação dos menores.

Na área criminal, quando o réu chega diante do juiz, ele espera encontrar alguém que seja justo e que o trate com dignidade. O juiz deve, sim, ter muita sensibilidade, para aplicar a menor pena possível a cada um e tentar buscar o máximo de informações a respeito do réu, sua personalidade e, principalmente, a suportabilidade ao tempo da prisão.

Para isso, é importantíssimo o interrogatório, cujo ato reputamos intransferível a outro juiz, que não o que for julgar o caso.

Temos visto precatórias para se fazer interrogatório, o que condenamos com veemência.

Outro fato lamentável é a orientação dada por advogados a seus clientes para se manterem em silêncio. Ora, isso só prejudica o réu, que transmite, com o silêncio, impressão nociva ao julgador, que, por via de regra, aplica pena que pode ser superior à que seria justa.

É imperioso procurar, no interrogatório, possível tentativa de acobertar o verdadeiro criminoso e buscar firmemente a personalidade do réu, com perguntas que possam ser informativas de seu comportamento, grau de violência, suportabilidade ao tempo de prisão e, principalmente, credibilidade.

É importante procurar, acima de tudo, aferir a suportabilidade ao tempo de prisão, tão diferente de pessoa para pessoa.

Uns toleram e suportam muito bem uma pena longa, outros uma hora apenas de cárcere e eles já cumpriram a sua pena. Descobrir a diferença é atributo e função do juiz humano, que se preocupa com o sentenciado e que, ao aplicar a pena, busca cominar o máximo de defesa à sociedade com o mínimo de castigo individual.

Meus amigos, meus colegas, são essas as noções que nos propusemos a passar a vocês, juízes jovens, esperança da Magistratura de Minas Gerais.